



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Questão agrária, urbana e ambiental

**GARANTINDO O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA A PARTIR DE
PROJETOS EXTENSIONISTAS**

Ana Karolinne Alves da Silva¹
Luzia Tamara de Barros Pereira²
Wanda Griep Hirai³

Resumo

A Universidade é o lócus para a difusão de saberes e experiências, dentre elas a introdução de práticas condizentes com os pressupostos do Direito Humano à Alimentação Adequada, assegurado no rol dos direitos sociais da Constituição Brasileira de 1988. O presente trabalho reporta-se a projetos extensionistas que objetivam a propagação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) no Estado de Alagoas, de forma especial no espaço universitário, no qual circulam conhecimentos de diferentes áreas do conhecimento com potencial de congregar ações e práticas que tornam visível a condição de acesso a alimentos seguros e saudáveis.

Palavras-chave: Extensão universitária. Segurança alimentar e nutricional. Direito humano à alimentação adequada.

ENSURING PROPER HUMAN RIGHT TO FOOD THROUGH EXTENSION PROJECTS

Abstract

The University is the locus for dissemination of knowledge and experience, among them the introduction of practices consistent with the assumptions of the Human Right to Adequate Food, ensured the social rights role of the Brazilian Constitution of 1988. This article refers to extension projects aimed at the dissemination of the National Policy for food and Nutrition Security in the State of Alagoas, in a special way in the university space in which circulating knowledge from different fields of knowledge with the potential to bring together actions and practices that make you visible to access condition safe food healthy recommended by the National Policy for Food and Nutrition Security (PNSAN).

Keywords: University extension. Food and nutrition Security. Human right to adequate food.

Introdução

As atividades de Extensão no interior das universidades brasileiras passam a se destacar na década de 1980. A importância das atividades oriundas a partir desse eixo da formação dos discentes adquire sistematização com a criação do Fórum de Pró-

¹ Graduanda em Serviço Social, na Universidade Federal de Alagoas. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão: Serviço Social e Segurança Alimentar e Nutricional. E-mail: <alveskarolinne@gmail.com>.

² Graduanda em Serviço Social, na Universidade Federal de Alagoas. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão: Serviço Social e Segurança Alimentar e Nutricional. E-mail: <luzia-tamara@hotmail.com>.

³ Doutora em Serviço Social. Professora da Universidade Federal de Alagoas. Orientadora do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão: Serviço Social e Segurança Alimentar e Nutricional. E-mail: <wanda.hirai@gmail.com>.

Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Neste se discutiu um novo paradigma de relacionamento com a sociedade, sendo definido esse espaço como “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (FORPROEX, 2001, p. 29).

É indubitável que esse espaço possui variadas concepções teórico-ideológicas e metodológicas, as quais podem determinar o complexo percurso das ações desenhadas em seus programas e projetos. A perspectiva e o entendimento adotados neste trabalho, no que tange à extensão universitária, correspondem a “uma ação integrante do processo formativo acadêmico, que ocorre por meio de vivências; estas provocam trocas e relações numa realidade social, podendo tornar-se um espaço de reflexão crítica para repensar ações acadêmicas ante as demandas sociais” (SILVA; RIBEIRO e SILVA JR, 2013, p. 2).

Esse espaço é permeado de contradições e disputas, e, por isso mesmo, oportuno para “desenclausurar”³ demandas da sociedade que adquirem força quando se trabalha coletivamente com os sujeitos destinatários do saber acadêmico. Tratando-se da Universidade Federal de Alagoas, os altos investimentos destinados às pesquisas voltadas ao latifúndio canavieiro alagoano na universidade pública têm gerado críticas fundamentadas quanto à função social dessa instituição. Não é por acaso que Alagoas não é autossuficiente na produção de alimentos. Já os agricultores familiares e da reforma agrária, que persistem no cultivo de alimentos, recebem inexpressivo apoio das instituições que poderiam ajudá-los, constituindo uma das evidências disso a dificuldade de mercado para a venda de seus produtos.

O saber construído na Universidade não pode desconsiderar as contradições desse processo, muito menos deixar de intervir no sentido de que as relações sociais construídas em bases tão desiguais permaneçam. No que tange à segurança alimentar, a falta de informação requer que se criem mecanismos de socialização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), pois se constata o aumento do consumo inadequado dos alimentos, cujas consequências incidem não somente na desnutrição, mas também no alto índice de obesidade da população. Criar um ambiente favorável para a implantação de novos procedimentos, iniciando-se pela socialização da

³ O termo “desenclausurar” é expressão usada pelos autores deste artigo para caracterizar a omissão das universidades, que muitas vezes produzem conhecimento sem levar em conta as reais demandas da população, voltando-se apenas para os interesses capitalistas.

política e pela utilização e produção de alimentos em bases que se opõem ao modelo imposto pelo capital (com uso excessivo de agrotóxicos e sementes transgênicas), parece ser um dos caminhos viáveis para mudar esse cenário, a partir de um campo do saber no qual o ensino e a pesquisa se entrelaçam e buscam trazer benefícios para o público-alvo: população residente nos mais longínquos espaços do interior alagoano, agricultores familiares e da reforma agrária, estudantes residentes ou não, professores e funcionários, que deverão ser protagonistas na luta pelo DHAA. Para isso, faz-se necessário considerar os saberes existentes de várias áreas do conhecimento, com base numa visão interdisciplinar em cujas bases assenta-se a proposta em pauta.

Discussão Teórica

No Brasil, a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar de forma sustentável o direito humano à alimentação adequada a toda a população brasileira. Trata-se de um sistema aberto, em razão do seu propósito de organizar e monitorar ações e programas de diversos setores governamentais e não governamentais, articulando-os numa política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Os fatos demonstram que a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), cujas ações se destinam à superação da fome no Brasil, apresenta resultados positivos, embora a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) ainda reserve grandes desafios. No Brasil, a política agrícola historicamente voltou-se para o financiamento da produção comercial destinada à exportação em detrimento da agricultura familiar, que de fato produz uma maior diversidade de alimentos.

O uso de sementes transgênicas e o uso excessivo de agrotóxicos alastram-se, recebendo uma condição legal dúbia pela ótica econômica e ameaçando a sustentabilidade prevista pela legislação brasileira. Nesse cenário, é de fundamental importância que se fortaleçam iniciativas que se contrapõem a esse modo de produção e que possibilitem o acesso à alimentação saudável. Uma dessas formas de acesso tem sido a produção de alimentos em base agroecológica, proveniente da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária.

Nesse sentido, na Universidade Federal de Alagoas, desde o ano de 2011, desenvolveram-se projetos extensionistas que procuram ampliar a socialização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), bem como – através da Pró-Reitoria Estudantil e da Superintendência de Infraestrutura (SINFRA), responsáveis pela gestão da assistência estudantil e compras institucionais – buscar apoio para desenvolver práticas coerentes com os propósitos da segurança alimentar e nutricional da comunidade universitária, especialmente dos estudantes que utilizam o Restaurante Universitário (RU), através da compra de alimentos que nele são servidos. Busca-se viabilizar o acesso a uma alimentação saudável, por meio de uma das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Compra Institucional.

Criado em 2003, o PAA é uma ação do Governo Federal que visa colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (MDS, 2014).

A modalidade **Compra Institucional** amplia as oportunidades de mercado para a agricultura familiar, permitindo que órgãos de administração direta ou indireta da União, estados, Distrito Federal e municípios comprem, com seus próprios recursos, alimentos para atender às demandas regulares de **restaurantes universitários**, presídios, hospitais, academias de polícia, entre outros. A compra dispensa licitação e utiliza as regras do PAA. Podem ser fornecedores os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, organizados em cooperativas ou outras organizações que possuem DAP pessoa jurídica. Cada família pode vender até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por ano, independentemente de fornecer para as outras modalidades do PAA e Pnae (MDS, 2014).

Outro instrumento de garantia da segurança alimentar e nutricional para a população tem sido a implantação de hortas comunitárias. As hortas urbanas recriam a noção da unidade cidade-campo e reinventam a multifuncionalidade da paisagem, além de constituir um local onde vários conceitos e atitudes sobre sustentabilidade são colocados em prática. Trabalhar em uma horta comunitária auxilia na integração de membros de uma mesma comunidade, reduz o estresse da vida urbana, combate o

sedentarismo e promove o acesso e a disponibilidade de alimentos frescos, produzidos localmente (MAUAD, 2013).

Algumas universidades têm abrigado propostas relacionadas ao cultivo de hortaliças em seus *campi*. Na Europa e no Canadá, existem experiências interessantes, e no Brasil a proposta começa a ganhar visibilidade. No caso da Universidade Federal de Alagoas, a recente abertura da Residência Universitária, agora situada no *Campus Maceió*, cria um ambiente favorável à implantação de uma horta comunitária no referido local. Contatos informais com os estudantes residentes apontam positivamente para a consolidação da proposta, visto existir a motivação deles para tal ação. A participação dos estudantes de diferentes áreas do conhecimento nessa construção poderá contribuir não apenas na produção de alimentos saudáveis para o autoconsumo, mas também no desenvolvimento de uma consciência coletiva e politicamente ativa em todas as atividades relacionadas ao Direito Humano à Alimentação Adequada.

As políticas estruturais podem modificar as bases socioculturais das populações consideradas em situação de risco nutricional. Mediante o desenvolvimento de mecanismos que permitam o acesso a ativos de produção e educação, torna-se possível garantir a melhoria de renda, em bases permanentes, para as populações excluídas (BELIK, 2003). Entende-se por Segurança Alimentar e Nutricional:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (IBGE, 2006, p. 21).

O Ministério Extraordinário de Combate à Fome e Insegurança Alimentar – MESA foi criado em 23 de janeiro de 2004, pelo Presidente Lula, e sua missão consistia em coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução dos programas de transferência de renda como o Bolsa Família, bem como aprovar os orçamentos gerais do Serviço Social do Comércio, do Transporte e da Indústria. Era o responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda e cidadania do País, sendo também o gestor do Fundo Nacional de Assistência Social.

Atualmente, os programas de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)⁴ compreendem iniciativas que buscam erradicar a fome e suas consequências imediatas para o conjunto da população mais pobre. Na prática, são ações e programas que seguem os preceitos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, envolvendo a atuação dos governos estaduais, ministérios e sociedade civil em geral. Essas iniciativas visam contribuir para a superação dos desafios e o alcance da estratégia de desenvolvimento no conjunto do País.

Os programas da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN são: acesso à Alimentação, Educação para a Alimentação Saudável; Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional; Construção de Cisternas; Programa de Aquisição de Alimentos; Programa do Leite; Restaurante Popular; Cozinha Comunitária e Popular; Banco de Alimentos e Colheita Urbana; Hortas Comunitárias; criação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs); Educação Alimentar; Apoio a Comunidades Quilombolas; Apoio a Comunidades Indígenas e Atendimento Emergencial. Todos esses programas contemplam distintos projetos, que atendem a três dimensões: estruturais, específicas e locais.

Percebe-se que há uma forte determinação para que a Política de Segurança Alimentar e Nutricional se volte para a integração de seus objetivos com as demais políticas sociais promovidas pelo MDS. O reconhecimento de que a insegurança alimentar tem como causa a falta absoluta ou relativa de poder aquisitivo de aproximadamente 7,2 milhões de brasileiros representa a possibilidade de pensar essa política de forma diferente e de encará-la com novos olhares. Cabe ressaltar que, em termos de acompanhamento dessa política, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão divulgou recentemente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2013), que investigou as condições dos domicílios em relação à segurança alimentar, propiciando a construção de indicadores para a medida direta daquela condição. Percebe-se que as PNADs⁵ representam um instrumento consistente de pesquisa e

⁴ O MESA passou a ser denominado Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS a partir de 23 de janeiro de 2004.

⁵ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) investiga anualmente, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento, habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o País, bem como as

informação, capaz de subsidiar estudos para as diferentes áreas de conhecimento, dentre elas, o Serviço Social, profissão que atua diretamente nos problemas decorrentes da insegurança alimentar e na análise sobre a eficácia dos programas sociais implantados nesse âmbito.

No Brasil, a PNAD (2013) identificou a mensuração da Segurança Alimentar e Nutricional, na qual se destacam três dimensões que refletem diferentes perspectivas.

Conforme estudo do IBGE (2013),

Os domicílios com Insegurança Alimentar Leve são aqueles nos quais foi detectada alguma preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis. Nos domicílios com Insegurança Alimentar Moderada os moradores conviveram, no período de referência, com a restrição quantitativa de alimento. Por fim, nos domicílios com Insegurança Alimentar Grave, além dos membros adultos, as crianças, quando houver, também passam pela privação de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais grave, a fome. (IBGE, 2013).

A insegurança alimentar é medida por três dimensões: a leve, que se preocupa com a quantidade e qualidade dos alimentos; a moderada, que destaca a restrição quantitativa dos alimentos; e a grave, que se refere à falta de nutrientes, sendo considerada a expressão mais aviltante da fome.

De acordo com o IBGE (2013), a fome é assim conceituada:

[...] condição definida como uma sensação de ansiedade e desconforto provocada pela falta de comida. No contexto estudado, a fome é referida como uma condição involuntária, causada pela falta de recursos dos indivíduos ou famílias para a obtenção dos alimentos necessários. Pode ser de diversos graus e, conseqüentemente, seu impacto é tanto maior sobre o bem-estar dos indivíduos e populações, quanto mais grave for a carência de alimentos. (IBGE, 2013, p. 124).

A necessidade dos alimentos faz parte da condição humana. A utilização biológica dos alimentos pelo organismo ocorre principalmente para aproveitar os nutrientes e nutrir o corpo. Muitas famílias, por não terem uma condição econômica favorável, não têm acesso à alimentação saudável e vivenciam a insegurança alimentar.

O desconhecimento da população no que tange ao DHSA tem sido um relevante problema no contexto alagoano. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e

características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas. As PNADs referentes à SAN começaram a ser feitas no período de 2004-2009; a mais atualizada é a de 2013.

Nutricional (SISAN), criado por meio da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (LOSAN), assegura o direito humano à alimentação adequada. Tem como objetivo efetivar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, sendo necessária a participação tanto da sociedade civil quanto do governo, para tornar real, em todo o País, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) tem como objetivo democratizar e ampliar o conhecimento da população sobre o DHAA, para que esta possa reconhecer e exigir que esse direito seja garantido a todos, com acesso à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, baseado em práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema, respeitada a legislação aplicável. (CONSEA, 2006, p. 12).

Entre os princípios do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) explicitados na LOSAN, o artigo 8º destaca a importância da participação social na formulação, na execução, no acompanhamento, no monitoramento e no controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional, em todas as esferas de governo (BRASIL, 2006).

O controle sobre as políticas públicas emergiu no período posterior ao fim da ditadura militar, quando, no contexto da falência desse sistema político repressivo e violento, a população brasileira retoma seu lugar no Estado democrático e exige a abertura do Estado para a participação concreta dos segmentos populares no processo decisório; os recursos das políticas públicas deveriam ser destinados com mais eficiência e com um controle mais amplo. A expressão controle social tem sido alvo das discussões e práticas recentes de diversos segmentos da sociedade, como sinônimo de participação social nas políticas públicas. “O controle social envolve a capacidade que os movimentos sociais organizados na sociedade civil têm de interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses da maioria da população” (CORREIA, 2003, p. 12).

As instâncias de controle social operacionalizam-se através de Leis Orgânicas, Conselhos e Conferências. As Leis Orgânicas dão especificidade às diferentes políticas públicas e orientam a execução das ações a ela pertinentes. Os Conselhos funcionam como organização capaz de estreitar a relação entre o governo e a sociedade civil, a partir da participação popular em conjunto com a administração pública, nas decisões regentes na sociedade; as Conferências indicam as diretrizes e prioridades que deverão ser inscritas nos Planos Nacional, Estadual e Municipal. A Lei prevê ainda que a Conferência Nacional faça uma avaliação do SISAN. A Conferência Nacional é precedida de Conferências Estaduais, Distritais e Municipais, nas quais são escolhidos os delegados para o evento nacional (CONSEA, 2006).

A participação da sociedade civil é imprescindível e determinante para a condução das políticas. Os CONSEAs das três esferas de poder (nacional, estadual e municipal) são determinantes no sentido de estimular a sociedade a participar da formulação, execução e acompanhamento de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Considera-se a organização da sociedade essencial para as conquistas sociais e a superação definitiva da exclusão.

Resultados e discussão crítica

Os Projetos *Ampliação e Democratização do Conhecimento acerca do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAAs) (PIBIP – ação⁶ 2011-2012)* e *Garantindo o Direito Humano à Alimentação Adequada no Espaço Universitário: Consolidação da Compra Institucional de Alimentos da Agricultura Familiar e Reforma Agrária e Implantação da Horta Comunitária na Universidade Federal de Alagoas/UFAL/Campus Maceió (PIBIP – ação 2014-2015)*, submetidos ao PIBIP – Ação/PROEX/UFAL, foram elaborados considerando que o estado de Alagoas caracteriza-se por um conjunto de fatores que o colocam entre os estados que possuem os piores índices de desenvolvimento humano (IDH) do país: 0,631. Em relação à renda, os alagoanos ficam na segunda pior colocação, com 0,641 pontos contra 0,612 do

⁶ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa-Ação (PIBIP-AÇÃO).

Maranhão. No que diz respeito à educação e à longevidade, o estado obteve a última classificação. Na primeira área, ficou com a pontuação de 0,520, e na segunda, 0,755 (IBGE, 2010). No que tange à Insegurança Alimentar e Nutricional, 37,1% da população é atingida por algum nível de insegurança alimentar.

Por ser a Universidade o lócus por excelência para a criação e difusão de novos conhecimentos que objetivem a alteração desses resultados, uma das formas de fazê-lo é construir alternativas viáveis que respondam às demandas sociais da população. Nesse sentido, e de acordo com o projeto pedagógico do curso de Serviço Social, a luta pela efetivação dos direitos sociais caracteriza este profissional, assim como sua capacidade de agir interdisciplinarmente com outras áreas do conhecimento. Para tanto, os projetos em tela preveem em sua metodologia a inserção de professores, técnicos e estudantes dos cursos de Serviço Social, Nutrição e Ciências Agrárias; estes, a partir de suas áreas de conhecimento, desenvolveram atividades que se entrelaçaram no cotidiano de aprendizagem e formação, entendendo-se que “[...] a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa” (JAPIASSU, 1976, p. 74).

O projeto *Ampliação e Democratização do Conhecimento acerca do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)* teve como objetivo principal ampliar e democratizar o conhecimento sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), com vistas ao fortalecimento da cultura de direitos e à consequente exigibilidade ao acesso à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Desenvolveu ações voltadas à promoção do DHAA com as comunidades, visando ampliar o conhecimento sobre a PNSAN, tanto para representantes da sociedade civil como para representantes do poder público, para que estes pudessem disseminar as informações, e assim darem o apoio necessário à criação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs), que desenvolverão as políticas ligadas à SAN.

O projeto executado em sete regiões do Estado buscou alcançar os 102 municípios e tornar pública a política, mostrando aos representantes institucionais, tanto da esfera civil como da governamental, a importância da participação de todos os segmentos que desenvolvem ações voltadas à segurança alimentar e nutricional em seus

municípios. O conteúdo exposto durante as oficinas desencadeou um processo de reflexão e identificação de inúmeras dificuldades vivenciadas no que tange à organização das ações de SAN, tornando evidente a urgência da criação dos Conselhos Municipais para acolher as demandas da população, preservando suas singularidades locais e regionais. A metodologia adotada para a execução do projeto foi a realização de oficinas nas municípios-polo⁷ da Assistência Social. As oficinas ocorreram nos seguintes municípios-polo: Pão de Açúcar, Arapiraca, Penedo, União do Palmares, Porto Calvo, São Miguel dos Milagres e Maceió.

Em todos os municípios, as oficinas se iniciaram com as apresentações de *slides* sobre o DHAA, com o intuito de levar aos presentes a informação sobre a relevância da segurança alimentar e nutricional para os municípios, e também de socializar esse conhecimento para a sociedade civil, como um dos direitos garantidos a todos os seres humanos. Após a apresentação de *slides*, foi exibido o documentário “Peraí é Nosso Direito”, que relata a busca do direito à alimentação adequada e a luta desse direito por duas comunidades carentes, a do Sururu de Capote em Maceió (AL) e a Vila Santo Afonso em Teresina (PI). Em seguida foi aberto o debate para que os representantes dos municípios expressassem suas dúvidas sobre o DHAA. Um questionário foi repassado para que os participantes fizessem sua avaliação sobre a oficina.

Pode-se observar o interesse pelo conhecimento de todos os presentes quanto à política de SAN e ao DHAA durante a explanação do conteúdo. Muitos municípios se interessaram em começar a mobilização e organização da sociedade civil para a criação de conselhos regionais. Foi observada também a falta de representantes da sociedade

⁷ 1) **Maceió (Grande Maceió)**: Marechal Deodoro, Messias, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte, Satuba, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel e Coqueiro Seco; 2) **Penedo** (sul e Baixo São Francisco): Boca da Mata, Campo Alegre, Coruripe, Feliz Deserto, Igreja Nova, Jequiá da Praia, Junqueiro, Piaçabuçu, Porto Real do Colégio, Roteiro, São Brás, São Miguel dos Campos, São Sebastião, Teotônio Vilela e Traipu; 3) **Arapiraca (Agreste)**: Anadia, Belém, Campo Grande, Coité do Noia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Marimondo, Olho d’Água Grande, Tanque d’Arca e Taquarana; 4) **Porto Calvo (Norte)**: Anadia, Belém, Campo Grande, Coité do Noia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Marimondo, Olho d’Água Grande, Tanque d’Arca, Taquarana; 5) **União dos Palmares (Mata)**: Atalaia, Branquinha, Cajueiro, Capela, Chã Preta, Ibateguara, Mar Vermelho, Murici, Paulo Jacinto, Pindoba, Quebrangulo, Santana do Mundaú, São José da Lage e Viçosa; 6) **Santana do Ipanema (Sertão)**: Água Branca, Canapi, Carneiros, Delmiro Gouveia, Inhapi, Maravilha, Mata Grande, Olho d’Água das Flores, Olho d’Água do Casado, Ouro Branco, Pão de Açúcar, Pariconha, Piranhas, Poço das Trincheiras, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira; 7) **Palmeira dos Índios (Bacia Leiteira)**: Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Igaci, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Minador do Negrão, Monteirópolis, Olivença e Palestina.

civil organizada em grande parte dos municípios; dos sete polos, apenas **Arapiraca** e **União dos Palmares** contaram com a presença atuante da sociedade civil. Em todas as regiões, os presentes mostraram a dura realidade de cada município; **Arapiraca** e **Pão de Açúcar** contaram com a participação ativa dos representantes, sempre buscando um maior conhecimento e entendimento da Política de SAN.

Na execução do Projeto ocorreram diversos problemas. O mais grave foi a divulgação da realização das oficinas nos municípios-polo. Os convites enviados destinaram-se às instituições que executam programas e projetos de SAN. Foram convidados representantes tanto da sociedade civil quanto das organizações governamentais, a saber: Secretarias de Agricultura, Educação, Saúde e Assistência Social, escolas, creches, abrigos, associações comunitárias, sindicatos, em especial de agricultores rurais, MST, quilombolas, indígenas, pastorais da saúde, criança e adolescente, da terra, bem como representantes de conselhos já existentes nos municípios. De forma geral, atingiu-se menos de 50% do público-alvo, e desse total, nas sete oficinas realizadas, a grande maioria dos participantes representava as entidades governamentais. Em vários momentos, constatou-se baixo nível de conhecimento da PNSAN e do DHAA, até mesmo por parte de pessoas que trabalham com programas ligados à referida política. A vinculação das ações de segurança alimentar desenvolvidas, em grande parte não é compreendida ainda como integrante do Direito Humano à Alimentação Adequada e da PNSAN, fato que comprova a necessidade de continuar com a formação técnica e política – tanto dos representantes sociedade da civil, quanto das instâncias governamentais envolvidas.

O projeto⁸ *Garantindo o Direito Humano à Alimentação Adequada no Espaço Universitário: Consolidação da Compra Institucional de Alimentos da Agricultura Familiar e Reforma Agrária e Implantação da Horta Comunitária na Universidade Federal de Alagoas/UFAL/Campus Maceió* tem como objetivos principais: 1) contribuir para a difusão do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito universitário (ensino, pesquisa e extensão); 2) acompanhar os protocolos de implementação da Compra Institucional de alimentos destinados ao consumo nas refeições do RU; 3) ampliar as oportunidades de mercado para a agricultura familiar e

⁸ O projeto, embora tenha sido concluído em dezembro de 2015, continua em execução mesmo sem contar com recursos institucionalizados até o presente. Atualmente passa por um período de reajustes e alinhamento de forças, considerando que a atual gestão considera sua proposta em consonância com os pressupostos político-institucionais em vigor (Gestão: Maria Valéria Correa).

reforma agrária; 4) criar espaços de socialização para a produção dos alimentos em base agroecológica entre os agricultores familiares e da reforma agrária (produtores) e os usuários do restaurante universitário; 5) mobilizar os estudantes e os professores responsáveis, no planejamento, execução e acompanhamento da implantação da horta comunitária e da Compra Institucional (CI) de alimentos; 6) promover ações interdisciplinares visando à educação alimentar, com destaque para os alimentos produzidos em base agroecológica; 7) subsidiar os estudantes da Residência Universitária – RU com informações sobre a qualidade nutricional dos alimentos produzidos na horta comunitária e sua adequada utilização através de orientação nutricional; 8) organizar oficinas e eventos sobre a Segurança Alimentar e Nutricional enquanto política pública, relacionando-a aos demais direitos sociais; 9) identificar, ao longo da execução do projeto, experiências de implementação do PAA – modalidade Compra Institucional em outras universidades brasileiras; 10) apoiar iniciativas oriundas de demandas sociais destinadas ao desenvolvimento de ações voltadas à SAN e ao DHHA.

O formato da gestão universitária é desenhado nos Estatutos, a partir do que está posto na missão, nos objetivos e finalidades da instituição. Embora a Universidade Federal de Alagoas afirme que sua missão é “produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum”, a gestão do quadriênio 2010-2014 foi claramente apoiadora de projetos voltados à expansão do cultivo da cana-de-açúcar, atividade agrícola predominante no estado. Esse fato evidenciou-se na falta de apoio político-institucional para a operacionalização das duas principais atividades previstas pelo projeto.

A ausência de recursos financeiros e de vontade política da Reitoria e das Pró-Reitorias (estudantil e de Extensão – gestão 2012-2015) permitiu apenas o desenvolvimento de atividades secundárias e/ou complementares previstas pelo projeto. Foram realizadas as seguintes atividades: 1) Palestra na ONG ERÊ sobre o tema Alimentação Saudável, Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Público-alvo: mulheres residentes do entorno, participantes do ciclo de atividades desenvolvidas na ONG e estudantes da graduação de diversas áreas do conhecimento; 2) Mobilização e palestra: Dia internacional do não uso de agrotóxicos. Público-alvo: estudantes da graduação e pós-graduação de diversas áreas

do conhecimento (ciências agrárias, nutrição, serviço social, psicologia); 3) Curso de verão, com o tema geral O QUE É SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)? Foi apresentado através de cinco módulos, a saber: a) política nacional de segurança alimentar e nutricional; b) noções de higiene e manipulação de alimentos; c) o veneno está na mesa (documentário); d) produção de alimentos em base agroecológica; e) educação alimentar, prevenção de doenças e promoção de Saúde. Público-alvo: estudantes de diversas áreas do conhecimento, demais interessados no tema; 4) Congresso Acadêmico Integrado de Inovação e Tecnologia (CAIITE); 5) Apresentação do projeto de extensão em forma de *banner* e realização do minicurso apresentado no curso de verão. Público-alvo: estudantes da graduação e pós-graduação de diversas áreas do conhecimento; 6) Participação e organização da Oficina Regional da ABEPSS – Nordeste, realizada na UFAL no presente ano. Público-alvo: estudantes e professores de diversas áreas do conhecimento e público em geral; 7) Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional alusivo ao Dia Mundial da Alimentação, organizado e coordenado conjuntamente com a FANUT. Público-alvo: estudantes e professores de diversas áreas do conhecimento e público em geral.

Finalizando, cabe destacar que na década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, a extensão universitária passa a ter caráter científico, tornando-se parte do tripé de sustentação do ensino superior, dada a sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Isso, entretanto, não se mostrou capaz de assegurar que muitas das demandas sociais da população fossem incorporadas a esse campo do saber. No caso da Universidade Federal de Alagoas, como já foi citado anteriormente, a maioria dos investimentos no que tange às pesquisas agrícolas volta-se ao setor canavieiro, fato que tem gerado críticas, por ser Alagoas um estado com altos índices de insegurança alimentar e nutricional.

O Serviço Social caracteriza-se por ser um curso que luta pelos direitos sociais e de fortes vínculos com a população destinatária desses direitos. Neste artigo defende-se a ideia de que as ações extensionistas podem tornar-se um meio potente para desencadear processos de mudanças em relação à conquista do direito humano à alimentação adequada também no *campus* universitário, espaço onde circula um conjunto populacional que, mesmo inserido no *lócus* da produção de conhecimento, não tem participação efetiva em projetos que trazem para a concretude da vida e da formação acadêmica as dimensões de tal direito – que envolve não apenas o acesso ao

alimento, mas também a sua qualidade e procedência (forma de produção, uso de sementes transgênicas, solo contaminado, uso abusivo de agrotóxicos etc.).

O projeto em tela busca a aproximação entre sujeitos fundamentais no processo de consolidação do DHAA. Agricultores familiares e da reforma agrária, professores, alunos, técnicos de distintas áreas do conhecimento e gestores deverão ser envolvidos para o alcance dos objetivos propostos. Espera-se, por fim, que a extensão universitária seja de fato um espaço de lutas na defesa dos direitos sociais e humanos, dando vez e voz para todos que estão comprometidos com o direito à vida, para a qual a condição básica é uma alimentação sadia e adequada em todos os estágios e ciclos vitais do homem.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Segurança Alimentar:** Coordenação de trabalhos e rendimentos. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

BURITY, Valéria *et al.* **Direito Humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília (DF): ABRANDH, 2010.

CAISAN. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:** 2012-2015. Brasília (DF): MDS; Consea, 2011.

CARVALHO, Cícero Péricles. **Formação Histórica de Alagoas.** Maceió: Grafitex, 1982.

CONSEA. **Segurança alimentar e nutricional e o direito à alimentação adequada no Brasil:** indicadores e monitoramento: da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília (DF), 2010.

_____. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. **Cartilha CONSEA,** 2006: Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/cartilha-losan-portugues>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

_____. Alimentação Adequada e Saudável: direitos de todos. CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 4., 2011. **Relatório Final...** Brasília (DF), 2011.

CORREA, Maria Valéria Costa. Controle Social na Saúde. Disponível em <<http://www.ceap-rs.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Controle-social-na-saude.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

HIRAI, Wanda Griep. **Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional:** a importância da produção para autoconsumo em três municípios do Rio Grande do Sul.

2008. Dissertação (Mestrado em Ciências)-Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas,, 2008.

_____. **Segurança Alimentar e Nutricional em tempos de (in) sustentabilidade produzidas.** São Paulo: Paco, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa:** um instante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MAUAD, Thais. **A instalação de uma horta comunitária e de um sistema de compostagem na Faculdade de Medicina da USP.** Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.sga.usp.br/wpcontent/uploads/82.pdf&gws_rd=cr&ei=mojgVtC7KIGhwASFy72QDQ> . Acesso em: 20 jul. 2015.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. *In:* FARIA, Dóris Santos. (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária.** Brasília (DF), 2011.

SILVA, Fernando Antonio Lyra da, RIBEIRO, Carlos Dimas Martins, SILVA JÚNIOR, Aloísio. Gomes da. Pensando extensão universitária como campo de formação em saúde: uma experiência na Universidade Federal Fluminense. **Rev. Interface**, v. 17, n. 45, p. 371-84, abr./jun. 2013.